



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

CLIPPING

DATA

28.10.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

1 de 27

RESPONSÁVEL

Iris Helena

SUMÁRIO

- ② [PRINCÍPIOS VERSUS CACIQUES – O Popular](#)
- ② [ASSUMINDO RESPONSABILIDADES – O Popular](#)
- ② [HÁ ALGO DE PODRE NO REINO DO JUDICIÁRIO – Folha de São Paulo](#)
- ② [POLARIZAÇÃO DE GÊNERO? – Folha de São Paulo](#)
- ② [NACIONALIZAÇÃO NÃO OCORREU, MAS AINDA PODE VIR – Folha de São Paulo](#)
- ② [SANDRO MABEL \(UNIÃO BRASIL\) É ELEITO PREFEITO DE GOIÂNIA EM VITÓRIA DE CAIADO CONTRA BOLSONARO – Folha de São Paulo](#)
- ② [PLANALTO BUSCA ACERTO PARA 18 INDICAÇÕES ÀS AGÊNCIAS REGULATÓRIAS ANTES DE ELEIÇÃO NO CONGRESSO – Folha de São Paulo](#)
- ② [EQUIPE ECONÔMICA REPETE PROMESSA DE REVISÃO DE GASTOS, MAS DÚVIDA RONDA HADDAD – Folha de São Paulo](#)
- ② [ANÁLISE: NEM LULA, NEM BOLSONARO, CENTRO-DIREITA VENCEU SEGUNDO TURNO – Correio Braziliense](#)
- ② [COMPROMISSO ASSUMIDO NAS URNAS – Correio Braziliense](#)
- ② [O JORNALISMO COMO HISTÓRIA DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA – Correio Braziliense](#)
- ② [PROPOSTAS PARA DRIBLAR ARCABOUÇO GANHAM FORÇA – Valor Econômico](#)
- ② [SUPREMO JULGA USO DE PRECATÓRIOS PARA PAGAMENTO DE DÍVIDAS DE ICMS – Valor Econômico](#)
- ② [CRISE GERA LENTIDÃO NO SISTEMA DE JUSTIÇA PENAL INGLÊS – Valor Econômico](#)
- ② [AVANÇO NO RECONHECIMENTO DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS – Valor Econômico](#)
- ② [DATA COMEMORATIVA DO DIA – SEBIB](#)

JORNAL – O POPULAR – 28.10.2024 – PÁG. 03

Princípios versus caciques

Thiarlles Elias de Paula



"A direita está divida!" Esta afirmação está sendo reproduzida por jornalistas, acadêmicos e grande parte da população após as eleições municipais no Brasil. Na política nacional há um histórico em ganhar votos por meio de indicações e apadrinhamento de lideranças, ou dos chamados "caciques políticos". Entretanto, o que fez as eleições na capital paulista despertar interesse nacional, foi justamente um partido pequeno, sem cacique, sem padrinho e que sequer possui tempo de televisão, despontar seu candidato entre os primeiros colocados em votos do eleitorado paulistano.

Isso somado ao crescente voto em partidários que se dizem de "direita" no primeiro turno. As eleições para prefeituras, em geral, influenciam mais na vida do eleitorado, no sentido de gestão, programas sociais, cuidados com as ruas e avenidas, "CadÚnico", postos de saúde, entre outras áreas da administração pública.

A partir da década de 1990, as igrejas evangélicas começaram a ter um crescimento exponencial no Brasil e, com ele, aumentou a demanda da pauta dos princípios e costumes na política. Os bens materiais, viagens e satisfação pessoal que parte das classes C, D e E não conseguiam desfrutar, passaram a ser "preenchidos" pela espiritualidade. As instituições evangélicas contribuíram para a inserção de indivíduos como cidadãos economicamente ativos, antes não vistos. E muitas destas instituições estão onde o Estado não chega.

O sociólogo Max Weber registrou em seu livro "A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo" uma análise do crescimento econômico dos Estados Unidos. Diferente de Karl Marx, para Weber, as mudanças sociais não são meramente determinadas pelo materialismo histórico, mas sim e, sobretudo, pela cultura, religião, pela fé e ideias. E teriam sido, para Weber, justamente estes itens culturais, religiosos, que foram preponderantes para que os EUA se tornarem uma potência mundial, além outras nações protestantes. Em geral, as vertentes evangélicas possuem em comum a crença que Jesus Cristo é o único intermediador entre Deus e os homens (não os caciques), valorização do trabalho, entre outros itens. A questão é que, nestas últimas eleições, os valores comuns dos evangélicos e católicos conservadores sobrepuseram as indicações dos caciques ou do apadrinhamento político.

Os candidatos que mais pregavam a cartilha conservadora despontaram mesmo com estruturas partidárias menores. Entretanto, outros governos que não tiveram preponderância da cartilha conservadora no passado, com seus discursos conseguiram se reeleger. Então, o que aconteceu? Parte do eleitorado pode entender pouco desse "negócio de política", ou de "taxas de juros", de economia em geral, entre outros itens. Mas podem estar expressando suas indignações por meio daquilo que entende, da falta de valorização dos seus trabalhos e salários. Enquanto isso, a aristocracia estatal brasileira fica sem entender o processo eleitoral.

É necessário que o Brasil tenha um Estado mais eficiente para que os aspectos culturais e de costumes não sejam "vitrines" para se ganhar votos. Mas que a liberdade religiosa dê garantias que os aspectos de gestão nos debates sobre melhorias na educação, saúde, infraestrutura, entre outros, tenham credibilidade perante ao eleitorado brasileiro.

Assumindo responsabilidades

Erik Figueiredo

Após um dia intenso de trabalho, em diversos estados do Brasil, o trabalhador retorna para casa aflito. Em vez de desfrutar de um momento de relaxamento, acessando suas redes sociais, o cidadão tem que se preocupar em esconder o seu smartphone dentro do ônibus. Furtos e assaltos são cada vez mais comuns. Tráfico, acertos de contas, homicídios enclausuram as pessoas dentro de suas casas.

Esse clima de insegurança interfere no desenvolvimento econômico de nosso país. Estimativas do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) indicam que o Brasil desperdiça 4% do seu Produto Interno Bruto (PIB) com a violência -- R\$ 400 bilhões/ano. Nossos trabalhadores se tornam menos produtivos, nossos negócios são submetidos a custos mais altos devido à insegurança. Como uma resposta para esse cenário, especialistas orientam a leniência com o crime. Redução das ações ostensivas e permissividade a crimes considerados "menores", fazem parte desse menu das "boas práticas". Nossa elite, que passeia com carros blindados, orienta a população a aceitar o roubo do celular nas ruas e a venda de drogas na porta das escolas.



Alheio a essa agenda da permissividade, o Governo de Goiás tem adotado uma estratégia rígida de combate ao crime. Os números divulgados nos últimos dias são impressionantes. Foram quedas expressivas em todos os indicadores de violência nos últimos seis anos, além da ocorrência zero de crimes muito frequentes no Brasil, como sequestro, invasão de terras e o novo cangaço. Essas estatísticas seriam suficientes para atrair a atenção dos gestores públicos de outros estados, mas parecem que não são.

Em vez disso, agentes públicos optam por ignorar a experiência bem-sucedida e ingressar no discurso fácil da política nacional de segurança pública, trazida à tona pelo governo federal. No lugar de assumirem suas funções de agentes promotores do bem-estar social, como foi feito em Goiás, governantes optam por renunciar a uma de suas principais políticas públicas, delegando-a ao poder central. Se já não bastasse a concentração da arrecadação em Brasília por meio da reforma tributária, os gestores elegeram o Sistema Único de Segurança Pública (Susp), como a próxima política essencial e indiscutível, numa clara subtração de uma função constitucional dos entes subnacionais.

Um relatório da Organização dos Estados Americanos (OEA) recomenda a desconcentração das políticas públicas como uma forma de aumentar a sua eficiência ("Decentralization and the challenges to democratic governance"). Entre os destaques, a segurança pública. O texto alerta para a complexidade do tema, mas é incisivo em sua conclusão: somente a descentralização das decisões relativas ao combate ao crime podem produzir resultados eficientes, pois, não há quem conheça melhor a necessidade de uma comunidade do que o gestor local. As medidas que contrariam essa recomendação contribuem para o enfraquecimento do pacto federativo brasileiro, terceirizando as responsabilidades e contribuindo para um projeto de poder do "menos Brasil, e mais Brasília".

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 28.10.2024 – PÁG. A3

Há algo de podre no reino do Judiciário

Venda de sentenças causa ainda mais indignação quando se sabe que juízes representam uma casta social privilegiada no Brasil

Lygia Maria



As notícias recentes sobre vendas de sentenças por juízes causam indignação a qualquer brasileiro não só pela distorção escabrosa da função desses servidores, mas também porque os 18.256 magistrados do país compõem uma casta social privilegiada. Ranking da Folha mostra que eles têm o maior salário médio entre 427 ocupações: R\$ 24.732. Com penduricalhos, porém, o gasto efetivo chega a R\$ 70 mil.

Segundo o CNJ, 90% da despesa do Poder Judiciário se dá com pagamento de funcionários, magistrados, desembargadores e ministros de cortes superiores.

Em 2023, os dispêndios atingiram R\$ 132,8 bilhões, ante R\$ 84 bilhões em 2009 —os valores anuais são corrigidos pela inflação. Já o Tesouro revelou que o gasto com tribunais, incluindo remunerações, é o maior entre 53 países analisados, equivalente a 1,6% do PIB. Não apenas maior, quatro vezes maior do que a média internacional (0,4%). Do montante total de R\$ 159,7 bilhões, 82% foram para ordenados.

Uma das justificativas usadas para tal remuneração nababesca é o desincentivo à corrupção. Mas para os desembargadores do Mato Grosso do Sul e da Bahia, investigados por venda de sentenças, seus gordos contracheques não foram suficientes. Há privilégios até quando juízes cometem delitos graves no exercício da função. Como punição, são obrigados a se aposentar com recebimento dos vencimentos. Chega a ser comovente. Dado o excesso de regalias, seria esperado que a casta ao menos aparentasse honestidade. Contudo, os notórios convescotes de juízes e de ministros do STF com empresários e políticos, incluindo eventos em hotéis de luxo e viagens internacionais, mostram que parte dos magistrados não está nem um pouco interessada em se portar como a proverbial mulher de César.

É urgente uma reformulação geral da aplicação do orçamento do setor e do código de conduta de juízes. Sem isso, o Poder Judiciário continuará a ser alvo de críticas, até mesmo agressivas. E não adianta que o STF pretenda penalizá-las como "ataques ao Estado democrático de Direito", dado que quem dá mostras de querer miná-lo são os próprios integrantes do sistema de Justiça.

Polarização de gênero?

Voto 'progressista' das mulheres existe há pelo menos 50 anos na Europa ou 30 anos nos EUA, e mais recente no Brasil

Marcus André Melo

Nas eleições presidenciais americanas, nas eleições gerais na Europa e também nas municipais no Brasil há referências ubíquas a um suposto novo fenômeno no eleitorado: a clivagem de gênero (gender cleavage ou gap). O eleitorado feminino agora seria de esquerda, enquanto o masculino de direita. Ocorre que esta tendência não é exatamente nova; ela pode ser observada há pelo menos 50 anos (ou até 70 anos) em muitos países europeus e 30 anos nos EUA. No Brasil é mais recente, mas não apareceu agora.



Quando o sufrágio feminino adquiriu força no período entre as duas guerras mundiais e se generalizou no pós-guerra, a percepção geral era que o voto feminino era conservador. Há evidências nesse sentido para o período entre 1900 e 1955, quando o gap desaparece. Em "The Civic Culture" (1963), o primeiro grande estudo sobre valores e opinião pública, um clássico reverenciado da ciência política, Gabriel Almond e Sidney Verba concluíram que "o comportamento político das mulheres divergia dos homens apenas no sentido de ser mais apático, paroquial e conservador".

Como mostraram Ronald Inglehart e Pipa Norris, em 1970, em países como Alemanha e Itália, o diferencial entre o voto de homens e mulheres —valores maiores entre estas últimas— nos partidos de direita era ainda da ordem de 15%. Na Escandinávia, o viés à esquerda do eleitorado já existia. Mas logo ocorreu um realinhamento em sentido contrário, pelo qual as mulheres passaram a votar predominantemente nos partidos de centro-esquerda ou esquerda. No eleitorado masculino praticamente não ocorreu mudanças: a clivagem de gênero é produto de uma metamorfose concentrada no eleitorado feminino. O que deu lugar a hipóteses rivais sobre quais seriam seus determinantes (que fica para outra coluna).

Nas eleições de 2024 nos EUA, 60% das mulheres com curso superior tendem a se identificar com o Partido Democrata. Este percentual é muito superior nas chamadas geração Y (millennials, aqueles nascidos entre 1981 e 1996) e Z (1997-2010). A superposição de clivagens entre os "brâmanes" (com curso superior) e mais jovens produz bolhas de eleitores à esquerda. Há fortes evidências que a questão é geracional e não relacionada ao ciclo de vida no qual as preferências políticas mudam com a idade (o que também ocorre). Trata-se de tendência nas democracias da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento

Econômico), não se restringindo aos EUA. A principal consequência desta constatação é que esta tendência é estrutural e a clivagem tende a aumentar.

Na Europa, o fenômeno é de fato mais antigo e a tendência à ampliação monotônica do diferencial de votos por gênero podia ser observada na década de 1980, mas ocorreu forte inflexão entre os anos 1990 e 2000. Esta inflexão precede a atual onda populista e ascensão de líderes da direita radical.

No Brasil, as evidências de clivagem de gênero nas eleições presidenciais de 2022 e nas municipais de 2024 são inequívocas e seguem a tendência das democracias da OCDE expressa na rejeição de candidatos da direita radical pelo eleitorado feminino, como ficou claro em São Paulo. Mas clivagem de gênero não implica necessariamente polarização política de gênero. O fenômeno existe muito antes de evidências sobre polarização e, em particular, polarização afetiva.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 28.10.2024 – PÁG. A4

Nacionalização não ocorreu, mas ainda pode vir

Mais do que evitar levar consigo a culpa por eventuais derrotas, Lula escapou à armadilha de criar desafetos nestas eleições; já Bolsonaro, nem tanto

Cláudio Couto



Como costumeiramente ocorre, as eleições municipais de 2024 não se marcaram pela nacionalização. Nem o eleitorado vota no município com a cabeça na política nacional, nem os pleitos municipais antecipam o resultado da subsequente disputa presidencial. Embora isto seja mais verdadeiro para pequenas e médias localidades, não deixa de valer para grandes, onde muitas disputas se resolvem só no segundo turno. Apenas no caso da eleição para a Câmara dos Deputados a conquista de prefeituras e cadeiras nas Câmaras Municipais importa nacionalmente, pois constrói uma rede de articulação político-eleitoral relevante para candidatos cuja votação (apesar da regra proporcional do pleito) é primordialmente de natureza local, numa distritalização informal. Eleições majoritárias de base territorial ampla —governador, senador e presidente— têm outra dinâmica. Para elas, até ajuda dispor de uma ampla rede de correligionários implantada localmente, mas está longe de ser decisiva.

Por isso mesmo, em sentido oposto, o patrocínio de grandes padrinhos nacionais tem efeito marginal nas disputas locais. Em certos casos pode até servir de bússola para o eleitor desavisado saber dos alinhamentos políticos de candidaturas pouco conhecidas; o efeito, porém, é reduzido. Eis porque a ausência de Lula e Jair Bolsonaro durante a campanha paulistana foi secundária para a eleição. Embora de saída fosse mais fácil associar Guilherme Boulos a Lula do que Ricardo Nunes a Jair Bolsonaro, depois, mesmo com as vinculações claras, o voto em cada um dos candidatos obedeceu a outros critérios.

Primeiro, importou mais a avaliação da gestão, centrada nos temas locais. Nunes nunca foi um sucesso de crítica e público, mas sua avaliação jamais foi das piores, como revelaram seguidas pesquisas. O Datafolha divulgado em 24 de outubro mostrava Nunes com 26% de ótimo/bom, 28% de ruim/péssimo e 45% de regular, números muito próximos aos de levantamentos anteriores. Como frequentemente ocorre quando o incumbente disputa a reeleição, o eleitorado prefere não trocar o certo pelo duvidoso, e a maioria dos ocupantes do cargo se reelege —até no caso de administrações medíocres. Esse foi o fator decisivo a favor de Nunes, não o apoio titubeante de Bolsonaro ou o engajamento intenso de Tarcísio de Freitas.

Em segundo lugar, conta a rejeição dos postulantes, especialmente no segundo turno, em que são sobretudo as rejeições que importam. No caso paulistano, o último Datafolha antes da votação mostrava que Boulos tinha nada menos que 52% de rejeição, contra 37% do prefeito. Uma distância de rejeições dessa magnitude se torna proibitiva para a candidatura mais rechaçada; seria necessário algo excepcionalíssimo para permitir sua vitória. Resta agora avaliar o que estas eleições municipais deixam como saldo para o futuro próximo da política brasileira. Apesar dos resultados eleitorais em si contarem pouco para a disputa presidencial por vir, o comportamento dos atores importa. Em São Paulo, mas também noutros lugares do país, Bolsonaro mais contribuiu para alienar potenciais aliados do que para os manter a seu lado. Sua vacilação em se envolver na campanha de Nunes; as menções prioritárias ao vice bolsonarista na chapa, pondo o prefeito de lado; seu flerte com a candidatura antissistema de Pablo Marçal; e, não menos significativo, seu aparecimento repentino quando a reeleição de Nunes já parecia garantida, querendo aparecer na foto e levantar a taça sem ter contribuído para a conquista, tudo isso deixa sequelas.

Tal rescaldo do oportunismo e da deslealdade de Bolsonaro não se resumem a São Paulo. Sua atuação em Goiânia e Curitiba, atacando aliados e traindo alianças, também estão registrados. Nisso, Lula foi mais prudente ao se envolver pouco. Mais do que evitar levar consigo a culpa por eventuais derrotas, o atual presidente escapou à armadilha de criar desafetos. Já seu predecessor, nem tanto. E 2026 está logo ali. Nisto, a disputa municipal importa para a competição nacional que se aproxima.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 28.10.2024 – PÁG. A25

Sandro Mabel (União Brasil) é eleito prefeito de Goiânia em vitória de Caiado contra Bolsonaro

Candidato apoiado pelo governador do estado derrota Fred Rodrigues (PL), nome do ex-presidente Bolsonaro

Ranier Bragon

O ex-deputado federal e empresário Sandro Mabel (União Brasil) foi eleito neste domingo (27) prefeito de Goiânia (GO), derrotando o ex-deputado estadual Fred Rodrigues (PL). Com 100% das urnas apuradas, Mabel obteve 55,53% dos votos válidos (353.518 no total) ante 44,43% de Fred (283.054 no total). O resultado representa uma vitória do governador Ronaldo Caiado (União Brasil), que apoiou Mabel, e uma derrota do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL),





CLIPPING

DATA

28.10.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

8 de 27

RESPONSÁVEL

Iris Helena

que se empenhou pessoalmente na campanha do candidato do PL, chegando a ir à capital de Goiás neste domingo. Após o resultado, Mabel fez deferência a Caiado pelas redes sociais. "Agradeço ao governador", escreveu ele, "que depositou em mim sua confiança para gerir essa cidade, e que estará comigo na missão de transformar Goiânia, assim como ele transformou Goiás".

O prefeito eleito afirmou que vai trabalhar para transformar a cidade na melhor capital do Brasil e fez menção a Deus. "O sonho de transformar Goiânia e a fé em Deus foram os combustíveis que me moveram nesses 210 dias de pré-campanha e campanha", publicou. "Hoje comemoramos a vitória, e reforçamos nosso compromisso com cada cidadão, de trabalhar ainda mais para fazer Goiânia a melhor capital do Brasil." Sandro Mabel tem 65 anos e é da família que fundou a fábrica de biscoitos Mabel, vendida à Pepsico em 2011 e, em 2022, revendida à Camil. Ele foi deputado federal por quatro mandatos, de 1995 a 2015, além de ter sido assessor especial da Presidência no governo de Michel Temer (2016-2018). Com bens declarados de R\$ 313 milhões, foi o mais rico dos candidatos nas 103 maiores cidades do Brasil (com mais de 200 mil eleitores).

Durante suas passagens pela Câmara, chegou a ter o nome citado nos escândalos do mensalão e da Lava Jato, mas nada foi provado contra ele. Na reta final da campanha, a Justiça concedeu duas liminares à chapa adversária indicando entender que houve uso da máquina pública estadual para beneficiar o agora prefeito eleito. Em uma das decisões, a juíza Maria Umbelina Zorzetti escreveu que o governador e Mabel usaram a máquina pública para comprar votos por meio de cestas básicas. As ações ainda terão seus méritos julgados. Mabel foi a aposta de Caiado para conquistar a Prefeitura de Goiânia após pesquisas internas indicarem que a cidade demandava um gestor. O atual prefeito, Rogério Cruz (Solidariedade), tem altíssima rejeição. Cruz tentou se reeleger, mas acabou ficando em sexto no primeiro turno, com apenas 3,14% dos votos válidos. A cidade sofre com problemas na saúde, na coleta de lixo, iluminação e limpeza das ruas, entre outros pontos.

Caiado afirmou na noite de domingo (27) que sua forma de fazer política venceu a de Bolsonaro, cujas atitudes ele classificou como desrespeitosas. "O que eu aprendi na minha vida é exatamente fazer política. Eu faço política aglutinando as forças, é trazendo condições para que o projeto vá adiante. Sou o único governador que ganhei a eleição no primeiro turno. Ganhei a eleição do prefeito da capital e de toda a região metropolitana. Isso mostra que quem acertou na maneira de fazer política fui eu", disse o governador ao ser questionado sobre qual a resposta ele daria a Bolsonaro. Mabel também teve apoio velado do PT, que ficou em terceiro no primeiro turno e que, após isso, divulgou nota defendendo o voto para "derrotar a extrema direita". Isso sacramentou a até então improvável aliança entre os rivais históricos PT e Caiado.

Já Fred Rodrigues não era o candidato natural do bolsonarismo, mas assumiu a função após o deputado federal Gustavo Gayer (PL) desistir de concorrer. Fred fez uma campanha altamente vinculada a Bolsonaro e de ataques diretos ao PT e a Mabel, a quem ele tentou tachar de esquerdista por causa de antigos elogios do empresário a governos do PT. Devido a isso, o bolsonarista saiu da fileira de baixo nas pesquisas e chegou na frente no primeiro turno.

Bolsonaro acompanhou a apuração do segundo turno em Goiânia, na casa do senador Wilder Moraes (PL), mas após a derrota do seu candidato, ele retornou para Brasília sem dar entrevistas. Aliados disseram durante o dia que ele daria uma entrevista coletiva após o resultado na sede do PL. Outra ausência no discurso da derrota foi a de Gayer, que teve uma presença constante na campanha. Só foram à sede do partido o candidato derrotado, Fred Rodrigues, e o senador Moraes. A capital de Goiás abrigou uma disputa nacional

da direita que opôs Bolsonaro e Caiado, dois políticos que mesclam uma relação de aproximação e atritos. Caiado é declaradamente um postulante a ser o nome da direita na disputa à Presidência da República em 2026, já que Bolsonaro está inelegível.

A vitória deste domingo representa um alento nessa pretensão, mas há muitos obstáculos. A começar pela concorrência. Também são cotados para o posto os governadores Tarcísio de Freitas (Republicanos-SP), Romeu Zema (Novo-MG) e Ratinho Júnior (PSD-PR), entre outros. Outro problema é que, apesar da derrota deste domingo, Bolsonaro ainda tem um importante cacife político e diz que ele próprio será o candidato da direita em 2026. Há um movimento político dele e de seus aliados na tentativa de reverter sua inelegibilidade. Durante a campanha em Goiânia ele chegou a chamar Caiado de "governador covarde" em comício ao lado de Fred e, na última semana, voltou a atacar o governador, dizendo que ele gosta de "ranger os dentes", mas se aliou ao PT. Michelle Bolsonaro também esteve na cidade duas vezes e, na última, chamou Caiado de "velha raposa".

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 28.10.2024 – PÁG. B4

Planalto busca acerto para 18 indicações às agências regulatórias antes de eleição no Congresso

Lula deve se reunir com Pacheco e Alcolumbre para tratar de nomes nos próximos dias

Mateus Vargas / Renato Machado



O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) busca acertos com o Congresso Nacional para definir os nomes que vão preencher 18 vagas em agências reguladoras que estão abertas ou ficarão livres até fevereiro, mês das eleições aos comandos da Câmara e do Senado. O debate sobre os cargos ocorre no momento em que o governo faz críticas públicas à atuação das agências e avalia formas de aumentar o controle sobre os órgãos de regulação, o que tem sido visto como tentativa de intervenção do Executivo. Lula e o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha (PT), devem discutir as indicações nos próximos dias com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), o favorito para a sucessão para o comando da Casa.

O Senado costuma ter forte influência na indicação de diretores das agências. Isso porque os candidatos são sabatinados em comissões temáticas da Casa, depois aprovados ou não no plenário. Nos bastidores, aponta-se que Alcolumbre gostaria que o Senado detivesse o controle de 50% das indicações para as agências regulatórias. Na prática, significa que ele próprio teria grande influência. Durante a gestão passada, Jair Bolsonaro (PL) abriu a possibilidade para que senadores atuassem em indicações, sobretudo nas agências regulatórias das áreas de infraestrutura. O presidente do Senado no início daquele governo era justamente Alcolumbre, que agora vem travando uma batalha com o governo Lula, que busca retomar o controle sobre



CLIPPING

DATA

28.10.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

10 de 27

RESPONSÁVEL

Iris Helena

as indicações. O senador pelo Amapá sempre negou que mantivesse acordo com Bolsonaro pela metade das indicações e que queira manter o patamar no governo Lula.

Dos 18 cargos, cinco são para os comandos da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar), ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres), ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis) Antaq (Agência Nacional de Transportes Aquaviários). Um dos alvos prioritários do governo é a vaga já aberta de diretor da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica). O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, tem criticado o órgão regulador por causa dos repetidos episódios de falta de luz em São Paulo. Silveira já enviou para o Palácio do Planalto a indicação do quinto membro da Aneel. Segundo interlocutores no governo, ele defende para o cargo o nome do seu secretário nacional de Energia Elétrica, Gentil Nogueira de Sá.

O nome, no entanto, teria desagradado a Alcolumbre e também ao senador Marcos Rogério (PL-RO), que participou das articulações para a agência no governo Bolsonaro. Os dois costumavam ser aliados de Silveira, quando o mineiro tinha mandato no Senado. Em outra disputa com a Casa, o governo Lula bateu o martelo na indicação do secretário de Petróleo e Gás do MME (Ministério de Minas e Energia), Pietro Mendes, para comandar a ANP, como a Folha revelou. A indicação do nome é vista como um sinal da força de Alexandre Silveira dentro do governo, mas mais uma vez entra em confronto com os antigos aliados no Senado.

Há uma segunda vaga na disputa, mas nesse caso integrantes do governo afirmam que há consenso para abraçar a indicação do senador Otto Alencar (PSD-BA), o procurador da AGU (Advocacia-Geral da União), Artur Watt Neto. A Anvisa e a ANM (Agência Nacional de Mineração) são as agências em que o governo terá mais indicações até fevereiro. Cada uma terá três vagas abertas. Lula externou descontentamento com as agências durante reunião de articulação política neste mês. O presidente tem argumentado que as agências estão aparelhadas por bolsonaristas ou muito influenciadas por empresários do setor.

O chefe do Executivo determinou que fosse estudada uma revisão da Lei Geral das Agências, coordenada pela AGU. Uma das ideias é elaborar proposta sobre uma avaliação de desempenho que poderia, no limite, gerar a demissão dos dirigentes. O movimento é avaliado com preocupação pelos atuais dirigentes dos órgãos de regulação e visto como uma forma de pressão. Ainda há a interpretação nas agências de que dificilmente as sugestões seriam aprovadas pelo Congresso. O governo também avalia a proposta de criação de um órgão supervisor que pudesse avaliar o desempenho dos diretores. A ideia da gestão petista não envolveria encurtar os mandatos, que hoje são de cinco anos. Os cargos em agências são cobiçados pelo Congresso e entram nas negociações do governo para ampliar o apoio na Câmara e no Senado.

Alcolumbre tem defendido que os nomes sejam apresentados já com apoio prévio do Legislativo. A ideia do senador é manter a influência sobre as escolhas. É comum que o Planalto, sob diferentes governos, alinhe os nomes antes da indicação formal, justamente para evitar que um candidato sofra resistência no Congresso e demore a ser aprovado. As vagas geram interesse de parlamentares pelo impacto da atuação das agências em praticamente todos os setores econômicos. A ANTT, por exemplo, que terá duas vagas abertas em fevereiro, enfrenta durante o governo Lula o desafio de renegociar contratos de concessão de rodovias federais, que não trouxeram as melhorias previstas para os usuários.

Já a ANS é alvo constante de reclamações de consumidores e pressão de empresas por regular preços de planos de saúde. A agência terá novo presidente a partir de dezembro. Um dos nomes especulados ao cargo é Wadih Damous (PT), atual secretário nacional do consumidor no Ministério da Justiça. Outro órgão que terá novo chefe, a Anvisa tem sido alvo de críticas do governo. Em agosto, o presidente Lula disse que a agência se tornaria mais rápida na liberação de medicamentos "quando algum companheiro da Anvisa" percebesse que um parente morreu pela falta de remédio que já poderia ter sido aprovado. A declaração foi criticada pelo presidente da Anvisa, Antonio Barra Torres, e por servidores do órgão. A ministra da Saúde, Nísia Trindade, tentou amenizar as críticas de Lula, mas afirmou que há uma reclamação da indústria sobre o ritmo de trabalho da agência. Ela também disse que a autonomia "técnica" das agências "não pode ser a definição de uma política por uma agência".

Integrantes da equipe de Nísia defendem, nos debates no Planalto, indicar Leandro Safatle para o comando da agência, atual secretário adjunto no Ministério da Saúde. No meio das discussões sobre novos diretores, as agências ainda têm apresentado uma reclamação praticamente comum ao governo: falta de servidores e cortes de orçamento. A Anvisa, por exemplo, estimava no começo do ano que 600 dos cerca de 1.600 servidores tinham direito à aposentadoria. O governo ainda terá duas indicações na ANA (Agência Nacional de Águas). Lula ainda poderá indicar um nome para a Ancine (Agência Nacional do Cinema), Anac (Agência Nacional de Aviação Civil) e Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações).

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 28.10.2024 – PÁG. B6

Equipe econômica repete promessa de revisão de gastos, mas dúvida ronda Haddad

Mercado trata próxima semana como decisiva para conferir se a equipe econômica não 'vendeu terreno na Lua'

Adriana Fernandes / Idiana Tomazelli

Após a deterioração do dólar e das taxas de juros, na esteira da piora na percepção do mercado financeiro sobre a situação fiscal do país, a equipe econômica promete avanços na agenda de revisão dos gastos para assegurar a sustentabilidade das contas públicas. A frase acima serve para resumir as últimas semanas, mas ela também descreve eventos ocorridos em julho deste ano, quando, após dias de nervosismo no mercado, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) anunciou um corte de R\$ 25,9 bilhões em despesas obrigatórias para fechar o Orçamento de 2025. Ou ainda em abril, quando o Ministério da Fazenda encampou publicamente a agenda de contenção de despesas dias após a má repercussão da flexibilização das metas fiscais a partir do ano que vem.



Mais uma vez sob pressão, a equipe econômica volta a falar em medidas para economizar recursos e manter de pé o arcabouço fiscal, a serem apresentadas nesta semana, após o segundo turno das eleições municipais. A Fazenda acena nos bastidores com um pacote de impacto para afastar a crise de credibilidade, já admitida



CLIPPING

DATA

28.10.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

12 de 27

RESPONSÁVEL

Iris Helena

publicamente por auxiliares do ministro Fernando Haddad (Fazenda). Já a ministra Simone Tebet (Planejamento) disse que uma das medidas pode, sozinha, poupar R\$ 20 bilhões. Chegaram a circular números maiores, de R\$ 50 bilhões, segundo técnicos da própria área econômica, especulações.

Os agentes do mercado financeiro, por sua vez, tratam os próximos dias como a "semana D", decisiva para conferir se a equipe econômica "vendeu terreno na Lua" sem o aval de Lula. O retrospecto recente alimenta a descrença sobre o apoio político a tais medidas, tanto dentro do governo como no Congresso. Após Lula enfileirar declarações em defesa dos gastos mínimos em Saúde e Educação (considerados investimentos pelo presidente), da valorização do salário mínimo e das vinculações de benefícios sociais, a Secom (Secretaria de Comunicação) divulgou na quarta-feira (23) uma nota chamando de "fake news" as discussões sobre mudanças no seguro-desemprego.

Até então, a medida era uma das principais apostas da equipe econômica. Agora, a avaliação é de que a nota jogou um banho de água fria nos debates. O próprio engajamento tardio da Fazenda nessa agenda, antes empurrada para o Planejamento, é lembrado pelos economistas. Levantamento feito pela Folha dos quase dois anos de governo aponta que o time de Haddad só passou a ser mais atuante nesta frente em meados do primeiro semestre de 2024, mas até agora sem resultados de maior impacto. Questionada sobre as desconfianças com a agenda de revisão de gastos, a Secom disse que não comentaria "injunções e questões genéricas, não identificadas ou especificadas". O Planejamento afirmou que não faria comentários. A Fazenda não respondeu.

O economista Carlos Kawall, sócio-fundador da Oriz Partners e ex-secretário do Tesouro Nacional, vê na polarização política uma possível explicação para a condução mais frouxa da política fiscal, mesmo em comparação aos governos Lula 1 e 2. Segundo ele, outros países, como os Estados Unidos, estão passando por quadro semelhante de elevação da dívida em meio à polarização política. "Há um viés incessante de ampliar gasto. A popularidade não sobe. Isso estimula sempre a encontrar alguma maneira de fazer mais um gasto aqui, uma desoneração ali", afirma o economista, ressaltando que as flexibilizações têm tido apoio do Congresso e do STF (Supremo Tribunal Federal). "Eu posso estar errado, e prefiro estar errado, porque isso não joga a favor de melhora ao longo dos próximos dois anos. Pelo contrário, se está tendo essa dinâmica perversa nos dois primeiros anos do mandato, fica difícil imaginar que melhore nos dois últimos, quando já tem uma política fiscal mais expansionista."

Kawall destaca que os movimentos de liberalização dos gastos começaram nas PECs (propostas de emenda à Constituição) aprovadas em 2021 e 2022, no governo Jair Bolsonaro (PL), continuaram na PEC de transição de governo, negociada por aliados de Lula e que abriu um espaço extra de R\$ 168 bilhões de 2023 em diante, e se mantêm até hoje com o uso de fundos para turbinar a concessão de crédito via bancos públicos sem esbarrar em regras fiscais. Em sua visão, não existe até agora uma estratégia organizada do governo para enfrentar a dinâmica de deterioração da percepção fiscal. "É um pouco a ideia de que vai empurrando com a barriga. Agora falam que é inadiável fazer [a revisão de gastos] em 2025. Mas isso também era dito sobre o Orçamento de 2024."

O economista Nilson Teixeira, sócio da Macro&Art Consulting, diz ser cético sobre um ajuste fiscal, pois a vontade política no governo e no Legislativo por medidas de maior ressonância é baixa. Ainda assim, ele não enxerga uma crise de credibilidade, pois isso passaria por outros temas que não a questão fiscal. Em sua avaliação, Haddad pode até anunciar um pacote considerado razoável pelos participantes do mercado, mas

há dúvidas se haveria efetivo empenho para sua aprovação no Congresso. Nesse caso, o governo poderia responsabilizar os parlamentares no caso de uma eventual crise. "O cenário mais provável é de que algumas medidas sejam descartadas de imediato pelo presidente, até por conta da percepção entre muitos membros do governo de que investimentos não são despesas e de que parte relevante dos gastos alavanca a expansão da atividade a ponto de elevar o crescimento potencial", diz Teixeira.

Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas), afirma que há uma "certa inconsistência" na atuação tanto do governo quanto do Congresso, diante da facilidade de aprovar aumentos de despesas recorrentes e das dificuldades para avançar em medidas que financiem estas políticas. "Todo mundo quer gastar, mas ninguém quer pagar a conta. No fundo é isso", diz. Ela alerta, porém, que os efeitos inicialmente positivos da expansão fiscal trazem consigo os efeitos colaterais percebidos nas últimas semanas. "Agora está esse conflito. O efeito colateral está vindo, diante dessa incapacidade de ter pelo menos alguma perspectiva de superávit", afirma. Para ela, o governo precisará em breve apresentar iniciativas de "contenção de danos".

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 28.10.2024 – PÁG. 02

Análise: nem Lula, nem Bolsonaro, centro-direita venceu segundo turno

A vitória mais emblemática é a do prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), contra Guilherme Boulos (PSol), com apoio do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos)

Luiz Carlos Azedo



Há muito a se considerar em relação aos resultados do segundo turno das eleições, mas uma coisa é certa: confirmam a tendência apresentada, já no primeiro turno, do predomínio das forças de centro-direita moderadas e conservadoras, tanto em relação ao PT, partido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, quanto ao PL, do ex-presidente Jair Bolsonaro, que chegou com muita força ao segundo turno das capitais, mas morreu na beira da praia. Quando confrontaram as forças de centro-direita e moderadas, na maioria dos casos, ambos foram derrotados.

A vitória mais emblemática é a do prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), contra Guilherme Boulos (PSol), com apoio do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), a quem o eleito atribui maior importância na sua eleição, e também de Bolsonaro. Pesaram na eleição as máquinas administrativas municipal e estadual e a aliança política ampla, que reuniu 10 partidos e garantiu o apoio da grande maioria dos vereadores paulistanos. Tarcísio saiu das eleições municipais como grande vitorioso.

Nunes é um político profissional e pragmático, escolado na poderosa Câmara Municipal da capital paulista, da qual foi vereador de 2013 a 2020, quando se elegeu vice-prefeito de Bruno Covas, o prefeito reeleito e que faleceu logo após a recondução, vítima de um câncer. Ao obter o apoio de Bolsonaro e lhe conceder a



CLIPPING

DATA
28.10.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
14 de 27

RESPONSÁVEL
Iris Helena

indicação do vice — Ricardo Araújo, um coronel ferrabrás da PM paulista —, não esperava enfrentar um adversário de extrema-direita como Pablo Marçal (PRTB), que conquistou 1,7 milhão de votos no primeiro turno.

O outsider se tornou um player da política paulista, quase foi para o segundo turno, mas também contribuiu para esvaziar a narrativa de Boulos, de que Nunes era um candidato de extrema-direita por causa do apoio de Bolsonaro. No segundo turno, porém, os eleitores de Marçal migraram para Nunes, apesar dos esforços de Boulos para atrair uma fatia desse espólio eleitoral. Engajado diretamente na campanha, porém, o governador Tarcísio de Freitas fez um papelão ao atribuir a intenção do PCC em votar em Boulos, durante entrevista, sem nenhuma comprovação. Isso é crime eleitoral escancarado.

No confronto direto entre o PT e o PL no segundo turno das capitais, a vitória mais importante foi do PT, com Evandro Leitão (PT), de virada, em Fortaleza, o quinto colégio eleitoral em disputa no segundo turno, o que consolida a hegemonia da legenda no Ceará. O PL venceu em Cuiabá, com Abílio Brunini. O PT perdeu a eleição em Natal, para Paulinho Freire (União); e em Porto Alegre, com a reeleição do prefeito Sebastião Melo (MDB). Bolsonaro venceu com Emília Corrêa (PL), que derrotou Luiz Roberto (PDT), outro governista. Bolsonaro foi derrotado em confrontos importantes com candidatos de centro e centro-direita.

A esfinge

Apoiado pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD), Fuad Noman (PSD) derrotou Bruno Engler (PL) em Belo Horizonte. Em João Pessoa, Cícero Lucena (PP), candidato de Ciro Nogueira, presidente do PP e ex-ministro da Casa Civil de Bolsonaro, além do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), derrotou o ex-ministro da Saúde Marcelo Queiroga (PL), aquele da pandemia, aliado de Bolsonaro.

Em Goiânia, Bolsonaro também foi derrotado por Ronaldo Caiado (União), que pretende disputar a Presidência em 2026, com a eleição de Sandro Mabel (União), contra Fred Rodrigues (PL). O pano de fundo dessa disputa é a liderança da oposição a Lula. Em Belém, o candidato do governador Hélder Barbalho e aliado de Lula, Igor Normando (MDB), derrotou o bolsonarista Éder Mauro (PL). Candidato do Podemos, Siqueira Campos também venceu Janad Valcari (PL) em Palmas. Não há uma relação mecânica entre esses resultados e as eleições de 2026, porque os pleitos municipais têm uma dinâmica própria, que lhes conferem grande especificidade, mas é inevitável que os principais protagonistas da política nacional, a partir de agora, avaliem a real situação de Lula a partir desses resultados eleitorais.

O presidente sai da eleição enfraquecido, mas ainda tem a caneta cheia de tinta, é um político calejado e pragmático. O governo sempre é a forma mais concentrada de poder. Está longe ainda de ter se tornado um pato manco, quando nada porque o país cresce a 3% ao ano e a inflação está sob controle. Lula sinalizou um reposicionamento importante na sua relação com o PT e a esquerda, ao romper com Nicolás Maduro e vetar a entrada da Venezuela no Brics.

Entretanto, enfrentará muitas dificuldades para transformar a atual coalizão de governo em frente eleitoral. Isso dependerá do desempenho político e administrativo do governo e da atualização programática e tática do PT, que precisa reconhecer a importância eleitoral dos partidos do campo democrático no projeto de reeleição de Lula. Isso passará pelas eleições estaduais e do Senado. Considerando o número de prefeitos, a frente de esquerda formada por Lula no primeiro turno das eleições — PT (252), PSB (312), PDT (151),

Rede (4), PCdoB (19), PV (14) e PSol (0) —, com exceção do PSB, também não teve um bom desempenho eleitoral. A centro-esquerda representada pela federação PSDB (273) e Cidadania (33) definiu.

O PL (517 prefeitos) está isolado pela soberba de Bolsonaro, mas obteve mais de 15 milhões de votos nas eleições municipais. Os grandes protagonistas políticos que emergem das eleições são o PSD (891), MDB (864), PP (752), União Brasil (591), PL (517) e Republicanos (440). Para se manter no jogo, mesmo inegável, Bolsonaro tenta remover a candidatura de Caiado, que poderia unificar esse campo. Sua tendência é impor um candidato do PL aos aliados, que pode ser o senador Flávio Bolsonaro, seu filho.

A grande esfinge, porém, é Tarcísio de Freitas, que sai fortalecido do pleito pelo fato de ter ganhado a disputa de São Paulo e, com o apoio do PSD, do ex-prefeito paulistano Gilberto Kassab, seu chefe da Casa Civil e grande artífice da campanha de Nunes. Os dois partidos elegeram 1.331 prefeitos, o suficiente para dar ancoragem nacional a um candidato paulista, cujo estado tem 34 milhões de eleitores. O PSD foi o segundo partido mais votado, com 14,5 milhões de votos.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 28.10.2024 – PÁG. 10

Compromisso assumido nas urnas

Não há espaço para perda de tempo. O cidadão não pode mais esperar que demandas antigas sigam sem resoluções

Em 1º de janeiro de 2025, as cidades brasileiras partem para uma nova etapa de suas histórias. Problemas relacionados à saúde, segurança, educação, moradia, transporte público, emprego, serviços, limpeza urbana, lazer e outros passam a ter, mais uma vez, a chance de serem solucionados. Isso, com o pleno engajamento da população e o cumprimento das promessas de campanha dos prefeitos eleitos. No último domingo (27/10), as votações de segundo turno foram concluídas. Agora, começa o processo de transição para as equipes dos gestores que assumem no lugar dos atuais e, para os reeleitos, é a fase de avaliar o que precisa mudar. Um período de extrema importância e que pode ser determinante para o sucesso das futuras administrações.



A escolha dos secretários e dos assessores precisa ser feita com celeridade, assim como a definição das primeiras ações. Não há espaço para perda de tempo. O cidadão não pode mais esperar que demandas antigas sigam sem resoluções. As reivindicações são conhecidas e o Executivo municipal tem a obrigação de, desde a largada do trabalho no próximo ano, corresponder à confiança depositada nas urnas.

A classe política possui o hábito de apresentar muitas saídas para as necessidades que afligem a população durante a disputa pelo voto. Planos de governo são divulgados em programas de TV e rádio, entrevistas em jornais, debates e propagandas eleitorais, mas depois parece que a maioria das propostas não passavam de

devaneios. Na prática, muito do que foi colocado não é desenvolvido e o discurso vira uma sequência de justificativas para tentar amenizar as frustrações dos eleitores.

Já passou da hora de interromper esse ciclo no Brasil, e iniciar a virada pelas cidades é um bom caminho. É na participação diária nas ações políticas que os cidadãos passam a fazer valer a Constituição Federal, cumprindo a determinação de que o poder emana do povo. A iniciativa popular de identificar os problemas, organizar-se e cobrar dos seus representantes é essencial na democracia. Em nível municipal, o contato fica muito mais possível, podendo alcançar resultados de forma ágil. A partir daí, o país pode começar a garantir avanços no campo da execução dos compromissos de campanha. Os moradores têm todo o direito de ir às câmaras e prefeituras exigir as soluções para as questões que são da alçada dos vereadores e do prefeito. Em suas comunidades, bairros e regiões, os cidadãos podem criar comitês para identificar as maiores carências e apresentá-las aos que se comprometeram em trabalhar para aprimorar a cidade.

Dentro dos gabinetes, a conduta de quem foi eleito tem de ser efetiva. As portas devem estar abertas para receber a população e ouvir suas demandas. Os municípios brasileiros necessitam progredir em diversos aspectos. De saneamento básico à implantação de tecnologias para facilitar a vida dos cidadãos, há inúmeros atrasos a serem superados. As administrações municipais precisam assumir suas responsabilidades. O que não foi feito no passado e as heranças indesejadas não podem ser empecilhos. A transformação para um Brasil melhor passa pelo cotidiano das cidades. Que os eleitores cobrem e os prefeitos cumpram suas funções.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 28.10.2024 – PÁG. 11

O jornalismo como história da política externa brasileira

O livro Política externa e jornalismo é uma historiografia da política externa brasileira, assim como da evolução do sistema internacional, nas décadas mais intensas da reinserção mundial do Brasil



Os primeiros historiadores são os jornalistas, antigamente chamados de cronistas dos eventos correntes ou de memorialistas do cotidiano. Não importa muito o nome; se não fosse por eles, não teríamos outra história que não aquela feita nos gabinetes de Estado, nos atos da imprensa governamental, reportando a atividade dos donos do poder e suas interpretações exclusivas. Sem eles, a história se resumiria a um longo desfile de relatos oficiais.

Na política externa, sobretudo, a atividade jornalística é fundamental, uma vez que relações exteriores são conduzidas basicamente pelos governos, em nome de seus Estados. Em meus exercícios de historiador da diplomacia brasileira, além de recorrer ao exame dos documentos oficiais, sempre apelei aos relatos dos fatos correntes feitos por jornalistas brasileiros e estrangeiros. Mas esse tipo de material sempre foi mais abundante nas questões de política interna ou de economia, do que na informação e discussão dos fatos relativos à política externa. No



CLIPPING

DATA
28.10.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
17 de 27

RESPONSÁVEL
Iris Helena

plano interno, Carlos Castelo Branco talvez tenha sido o mais importante cronista da política brasileira, mas faltava alguém na área da política externa que pudesse competir com o seu padrão. Agora não falta mais: Maria Helena Tachinardi acaba de ocupar com maestria, e constância, um espaço que poucos jornalistas brasileiros souberam até aqui preencher: o relato circunstanciado, metuculoso, bem-informado, mas também opinativo, sobre mais de três décadas de política externa brasileira, um verdadeiro manancial de relatos objetivos que constituem um aporte decisivo a todos os historiadores que necessitam reconstruir os passos de nossa diplomacia desde os anos 1970 até nossa própria época.

Entre fevereiro de 1974, data de sua primeira matéria, e junho de 2015, o último artigo catalogado no anexo do livro Política externa e jornalismo, foram 305 reportagens no total, selecionadas dentre milhares de outras, geralmente veiculadas na Gazeta Mercantil, entre 1980 e 2003, incluindo sua fase como correspondente em Washington, de 1996 a 1988. O núcleo do livro está organizado por governos e décadas, começando pela Guerra Fria, ainda nos anos 1980, que compreende também a nossa "década perdida", seguida pela globalização, nos anos 1990, logo agitada pelas manifestações antiglobalizadoras, até adentrar nos anos problemáticos da "guerra ao terror", nos anos 2000, que também testemunharam os primeiros desajustes nas relações internacionais, com novas tensões surgindo no horizonte.

Mas, antes de percorrer todas essas décadas e governos, com base nas três centenas de trabalhos que redigiu ao longo de reportagens, viagens e estágios no exterior, ela oferece em três dezenas de páginas introdutórias os seus Princípios de política externa nas reportagens, com as ênfases sucessivas e as definições fundamentais dessa política: "soberania, autodeterminação, realismo, pragmatismo, autonomia e não intervenção" (página 33), que são também os eixos diretrizes com os quais sempre trabalhou a diplomacia brasileira. Para isso, ela se valeu não só de investigações e estudos próprios, bem como de ensaios acadêmicos e de declarações de diplomatas — entre eles, os embaixadores Rubens Barbosa (que assina o prefácio) e Fernando de Mello Barreto, que ofereceu uma orelha.

Acompanhei alguns atos de "fabricação" dessas matérias, sobretudo ao longo das negociações comerciais multilaterais da Rodada Uruguai, da difícil construção do Mercosul e dos embates da Alca. Maria Helena interrogou pacientemente diplomatas, empresários, autoridades estrangeiras e glosou notícias que vinham do mundo todo, em coberturas sempre certeiras. O resultado é uma historiografia da política externa brasileira, assim como da evolução do sistema internacional, nas décadas mais intensas da reinserção mundial do Brasil, desde o período final da ditadura militar até o capítulo conclusivo, que remete à guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia e ao primeiro ano de Lula III. As notas, ao final, complementam a informação sobre alguns episódios e fornecem alguma bibliografia. A obra termina por onde começou, ao citar Gabriel Garcia Marques, que relatou sua "paixão insaciável" pela "melhor profissão do mundo". Maria Helena possui essa paixão, e conseguiu convertê-la num livro essencial aos historiadores do passado, assim como aos diplomatas do futuro.

JORNAL – VALOR ECONÔMICO - 28.10.2024 – PÁG. A1

Propostas para driblar arcabouço ganham força

Governo e Congresso apostam em projetos que não passam totalmente pelo Orçamento

Lu Aiko Otta /Jéssica Sant'Ana

Com as dificuldades impostas pelo arcabouço fiscal para novos gastos, aumentam no próprio governo e no Congresso Nacional as propostas de políticas públicas implementadas por meio de arranjos que não passam totalmente pelo Orçamento. São programas implementados por meio de fundos, nos quais o Tesouro Nacional coloca recursos. A movimentação chama a atenção de especialistas porque, embora não afetem as metas fiscais, essas medidas diminuem a transparência sobre as despesas do governo, trazem risco de concessão de subsídios, expõem a União a risco de crédito, fragilizam o arcabouço e podem elevar a dívida pública. “Eventual problema está no uso excessivo dos fundos, que acabam substituindo gastos e fontes que deveriam estar dentro do Orçamento geral”, afirmou Felipe Salto, economista-chefe da Warren Investimentos, que foi secretário da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo.

Essa política está travestida de fundo privado a fim de se manter tangente às regras das finanças” — Lucas Furtado

O procedimento não é inédito. Salto avalia que o comportamento desses gastos, chamados parafiscais, preocupa e deve ser acompanhado com atenção. Por outro lado, o economista não vê paralelo com a “contabilidade criativa” que marcou a gestão de Dilma Rousseff (2011-2016). O ideal, segundo o economista, seria os recursos não utilizados dos fundos retornarem ao Tesouro para ajudar a melhorar o resultado das contas públicas. Em relatório distribuído aos clientes da Warren, Salto e os economistas José Pelegrini e Gabriel Garrote mostram como o governo tem redirecionado os excedentes a outros programas.

O relatório aponta que a participação da União em fundos (exceto os constitucionais) aumentou de R\$ 28,5 bilhões em 2014 para R\$ 108,6 bilhões neste ano. Durante a pandemia, o crescimento foi de R\$ 60 bilhões. O aumento ficou concentrado no Fundo de Garantia de Operações (FGO) e no Fundo Garantidor de Investimentos (FGI), ambos criados em 2009. Foram fortemente reforçados durante a pandemia para oferecer garantia a empréstimos do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) e do Programa Emergencial de Acesso ao Crédito (Peac). No entanto, após a crise da covid-19, os recursos não retornaram ao Tesouro Nacional.

O FGO, com seu patrimônio de R\$ 45,3 bilhões, e o FGI, com R\$ 20,7 bilhões, têm sido acionados para apoiar diversas iniciativas deste governo. O FGO foi utilizado para apoiar as renegociações da faixa 1 do Desenrola. Em outro momento, recebeu aporte de R\$ 4,5 bilhões para dar suporte no socorro ao Rio Grande do Sul. A lei do Acredita (14.995/2024) “promoveu mais alterações no FGO, capitalizando o fundo e reforçando a tendência de reutilização de recursos para finalidades diversas daquelas as quais inicialmente





CLIPPING

DATA

28.10.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

19 de 27

RESPONSÁVEL

Iris Helena

foram aportados”, aponta o relatório. A má repercussão deixou em suspenso uma tentativa de realizar outra política pública à margem do Orçamento. Por interferência do Ministério da Fazenda, está em reexame um projeto de lei que pretendia expandir o auxílio-gás, que hoje atende 5,6 milhões de famílias, para 20 milhões até 2026. A ideia era transferir recursos do fundo do pré-sal diretamente para a Caixa, que operacionalizaria o programa, fora das regras fiscais.

Há mais de um mês, a equipe econômica promete modificar o projeto, fazendo com que as despesas do auxílio-gás respeitem as regras fiscais, mas até o momento essas mudanças não foram apresentadas. O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, tem pressionado para que o projeto não seja alterado. Na mesma linha de despesas que passam por fora do Orçamento, foi criado um fundo privado para financiar o programa Pé-de-Meia, que concede bolsas de estudo a estudantes do ensino médio. A arquitetura causou preocupação, aponta o relatório da Warren. “O questionamento dos analistas não se deu relativamente ao mérito da proposta, mas sim sobre a forma de financiar o programa”, diz. “Esta, ao permitir repasses ao fundo sem passar pelas contas primárias do Tesouro Nacional, acaba desviando o gasto do limite de despesas imposto pelo novo arcabouço fiscal, além de se valer de recursos que iriam para outros fundos, afetando a transparência na gestão das contas públicas.”

O aparente “drible” no arcabouço fiscal chamou a atenção do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (TCU). O procurador Lucas Furtado protocolou representação na qual diz que o programa fere as regras das finanças públicas, já que as despesas não são registradas no Orçamento. “O que se nota na prática é que essa política está travestida de um fundo privado a fim de se manter tangente às regras das finanças públicas”, escreveu o procurador. As dúvidas lançadas sobre o programa educacional - a principal novidade do terceiro mandato de Lula - tem movimentado a oposição. Na semana passada, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou convite para o ministro da Educação, Camilo Santana, prestar esclarecimentos sobre o Pé-de-Meia. Há também articulações para eventualmente pedir o impeachment de Lula pela suposta “pedalada”.

Em nota, o Ministério da Educação afirma que a própria lei que criou o programa “permitiu que a União remaneje recursos entre fundos dos quais ela é cotista e cujos recursos e aportes atenderam a todas as regras orçamentárias”. “A opção por um fundo para gerir os incentivos é essencial ao funcionamento do Pé-de-Meia: garantir recursos para um ciclo letivo que ultrapassa o ano fiscal. Hoje o programa atende cerca de 3,9 milhões de estudantes de baixa renda, dentre os quais 73% são pretos e pardos”, diz o MEC. Outro arranjo que gerou ruídos no mercado foi o projeto de lei encaminhado pelo governo ao Congresso Nacional para retirar as receitas próprias das estatais federais dependentes de recursos da União do Orçamento federal. São 17 estatais nessa condição de dependência.

A proposta apresentada pelo governo, se aprovada, criaria uma figura inédita de estatal híbrida: as despesas custeadas com a subvenção recebida da União continuariam no Orçamento, enquanto aquelas que seriam custeadas com receita própria sairiam. O modelo, além de abrir um pequeno espaço no limite de gastos deste e do próximo ano, assustou os especialistas por reduzir a transparência e o controle sobre essas estatais. O Ministério da Gestão nega qualquer retrocesso e diz que são apenas algumas empresas que poderiam aderir ao novo modelo. “Se a ideia é melhorar a gestão das estatais dependentes para torná-las não dependentes do Tesouro, ótimo”, comentou Salto. “A questão é evitar que isso enseje uma manobra para realizar gastos por fora do Orçamento geral, mas por ora não vejo esse risco”, completa. Na avaliação do economista, já passou da hora de reformar toda a legislação do Orçamento federal, que completou 60 anos e não dá conta do atual

processo. “Temos de discutir: fundos, obrigações e discricionariedades, fontes de financiamento, planejamento e emendas parlamentares. Só para começar.”

Procurado, o Ministério da Fazenda não comentou.

JORNAL – VALOR ECONÔMICO - 28.10.2024 – PÁG. E1

Supremo julga uso de precatórios para pagamento de dívidas de ICMS

Voto do relator, ministro Nunes Marques, em sessão no Plenário Virtual, valida a compensação

Luiza Calegari

O Supremo Tribunal Federal (STF) começou a julgar, no Plenário Virtual, uma questão importante aos governos estaduais: a possibilidade de uso de precatórios para o pagamento de dívidas do ICMS. Os ministros analisam lei do Amazonas. Mas ao menos outros oito Estados e o Distrito Federal têm ou já tiveram previsões legais parecidas.



No caso do Amazonas, o relator, ministro Nunes Marques, votou para validar a compensação, contanto que obedeça à previsão constitucional de repasse de 25% do valor do ICMS para os municípios (ADI 4080). Os demais ministros têm até a próxima sexta-feira para votar. A discussão foi levada ao STF por meio de ação do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) contra a Lei nº 3.062, de 2006, do Amazonas. A norma instituiu a possibilidade de compensação com precatórios expedidos em ações ajuizadas até 31 de dezembro de 1999.

“Cerne da questão é novamente o repasse aos municípios” — Ricardo Almeida

O partido argumenta que a norma é incompatível com a Constituição Federal por prever uma compensação automática. Também afirma que a lei burla a ordem cronológica de pagamento dos precatórios, já que os credores com dívidas do ICMS passariam “na frente” dos demais. A norma ainda, de acordo com a legenda, desrespeitaria a regra de repartição tributária - 25% do ICMS arrecadado deve ser repassado aos municípios.

Em seu voto, porém, o relator, ministro Nunes Marques, rechaça os argumentos. Segundo ele, não há incompatibilidade com a Constituição, uma vez que a norma respeita o princípio da isonomia e não faz distinção entre os contribuintes para concessão de benefícios.

Para Nunes Marques, o principal mérito da lei é “beneficiar todos os credores de precatórios”, uma vez que, ao compensar dívidas, poderá acelerar os pagamentos seguintes. “Conseqüentemente, a compensação de que trata a legislação, nada obstante possa antecipar a satisfação de alguns credores, não prejudica aos demais”, afirma o relator. Sobre a regra de repartição tributária, o ministro destaca, em seu voto, que a lei do Amazonas não dispôs sobre o tema e que essa omissão “pode mesmo ter dado azo à interpretação de que o diploma local isentara o Estado do dever de repassar, aos Municípios, o percentual de 25% dos valores de ICMS compensados com precatórios”.



CLIPPING

DATA

28.10.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

21 de 27

RESPONSÁVEL

Iris Helena

Conforme já decidido pelo Supremo, por unanimidade, os Estados são obrigados a repassar para o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) 25% dos valores de créditos extintos de ICMS, por compensação ou transação tributária (ADI 3837). Assim, o ministro deu parcial provimento à ação do PSDB, para “conferir interpretação conforme à Constituição à Lei nº 3.062, de 2006, de modo a consignar que a compensação de créditos tributários de ICMS deve observar o dever constitucional de repartição dos 25% pertencentes aos municípios (CF, artigo 158, inciso IV, “a”)”.

Segundo especialistas, o entendimento, se mantido pelos demais ministros, ajuda a dar segurança a outros Estados que têm programas semelhantes. Em São Paulo, por exemplo, a Lei nº 17.843/2023, que trata de transação tributária, permite o uso de precatórios em compensações com dívidas fiscais ou de outra natureza. Minas Gerais, Santa Catarina, Bahia, Paraná, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul além do Distrito Federal, também instituíram normas com previsão semelhante. Essas leis não foram questionadas judicialmente, segundo tributaristas, mas têm princípios e circunstâncias semelhantes às da normativa amazonense. Gustavo Vaz Faviero, coordenador da área tributária no escritório Diamantino Advogados Associados, explica que os programas com limite de data e instituição de condições especiais são predominantes, uma vez que os Estados precisam organizar as contas públicas e não dever tanto em precatórios.

“O que não é possível, segundo o voto do relator Nunes Marques, é deixar de repassar a parcela devida aos municípios. Eles não podem ser prejudicados por um acordo feito entre os Estados e os contribuintes”, afirma o advogado. Segundo ele, a possibilidade de compensação não gera injustiças contra os demais credores de precatórios. Pelo contrário, os beneficia. “Em tese, a pessoa que faz a compensação não está recebendo seu precatório, está liquidando os valores que teria que pagar. E o pagamento do precatório devido a ela pode ser usado para pagar outras pessoas que estejam na fila”, diz.

Andrea de Toledo Pierri, sócia do Lemos Advocacia, por outro lado, não vê um interesse tão grande de parte dos Estados para diminuir a fila de precatórios. “A grande maioria tem um regime especial de precatórios e faz depósitos anuais, não vejo um grande interesse político em limpar essa fila. Um interesse maior resolveria muitos problemas, inclusive o custo do Estado ao ter que cobrar o contribuinte pelos débitos que poderiam ser compensados”, afirma. Para ela, o direcionamento dado pelo voto de Nunes Marques é positivo. “A disciplina de compensação de precatórios com tributos é válida, se o contribuinte aceita. Ter a opção da compensação é um ganho de eficiência.”

De acordo com Ricardo Almeida, procurador do município do Rio de Janeiro que atuou na ADI 3837, o cerne da questão é novamente o repasse aos municípios. Para ele, é necessário superar o modelo de federalismo “top down”, de baixo para cima, e passar a construir soluções em diálogo, para que haja inclusive a opção de os municípios abrirem mão também de parte da arrecadação a que teriam direito como forma de fortalecer os programas de transação. “A sinalização que o STF está deixando é de que União, Estados e municípios construam leis e compartilhem soluções de pagamento, conversem entre si. Um ente não pode simplesmente impor perdas àqueles que teriam garantidas suas participações, segundo a Constituição”, afirma. Em nota, a Procuradoria-Geral do Estado do Amazonas informa que “sempre houve o repasse dos 25% pertencentes aos municípios em relação ao produtos da arrecadação de ICMS”, e, portanto, não haverá alteração no modo de compensação no Estado.

Crise gera lentidão no sistema de justiça penal inglês

No início de 2019, havia 33 mil casos pendentes nos Tribunais da Coroa e, no fim de 2023, o número havia aumentado para quase 68 mil

Henry Mance

Nos tribunais, normalmente é o réu quem se desculpa perante o juiz. No entanto, em uma das salas de tribunais de Snaresbrook Crown Court, no Leste de Londres, os papéis se inverteram. “Sinto muito”, disse o juiz Charles Falk a um homem acusado de agressão sexual a uma vizinha enquanto passeavam juntos com seus cachorros.

“Não deveria estar precisando dizer isso, mas essa é a situação do tribunal no momento.” O motivo do pedido de desculpas de Falk é o tempo: o julgamento do homem não começará até maio de 2026, dois anos após o suposto crime. Isso apesar de o caso ter sido classificado como “alta prioridade”.

Assim, esses réus e vítimas tomam conhecimento de algo que advogados vêm alertando há anos: o sistema de justiça penal da Inglaterra e do País de Gales está saturado e, provavelmente, quebrado. O foco do debate público está em saber se a polícia vai prender criminosos e se os tribunais vão sentenciá-los da forma correta.



Estamos nos afogando em casos. É totalmente incontrolável” — Advogado Max Hardy

No início de 2019, havia 33 mil casos pendentes nos Tribunais da Coroa, como são conhecidos os tribunais de primeira instância na Inglaterra e País de Gales. No fim de 2023, o número havia aumentado para quase 68 mil - um recorde. “Estamos nos afogando em casos. É totalmente incontrolável”, diz Max Hardy, um advogado criminalista. “O governo herdou uma crise no nosso sistema de justiça penal”, justifica o Ministério da Justiça. Desde 2019, o tempo médio entre a ocorrência do crime e o encerramento do caso em um Tribunal da Coroa passou de 16 para 22 meses.

Os tribunais, assim como o sistema de saúde, vivem uma ruptura fundamental em relação ao padrão que se espera deles. Os que fazem parte do sistema pedem mais financiamento. Sem isso, a escolha parece ser entre a estagnação ou uma reforma radical. Entre 2009/2010 e 2022/2023, o orçamento per capita da Justiça na Inglaterra e o País de Gales caiu 22% em termos reais, enquanto o gasto total do governo subiu 10%. A promessa de David Cameron de “consertar o telhado enquanto o sol está brilhando” soa particularmente vazia em um tribunal degradado, com vazamentos no telhado e sem aquecimento. O cálculo dele, contudo, foi político. A maioria dos eleitores não precisa comparecer a tribunais. E, certamente, a maioria nunca vai colocar os pés nas prisões britânicas, ainda mais deterioradas.



CLIPPING

DATA
28.10.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
23 de 27

RESPONSÁVEL
Iris Helena

O cálculo do Partido Conservador também foi de ordem técnica. Na década de 2010, houve uma queda nos crimes violentos no Reino Unido, assim como em muitos países ocidentais, então parecia haver menos necessidade de tribunais penais. O governo reduziu o honorário dos advogados e vendeu prédios de tribunais: 43% dos tribunais foram fechados desde 2010. Ainda assim, o número de casos aguardando julgamento diminuiu. No entanto, mesmo antes da pandemia, o então chefe do Judiciário da Inglaterra e do País de Gales, lorde Ian Burnett, advertiu que os cortes haviam ido longe demais. Os ministros britânicos discordaram. No início de 2019, o acúmulo de casos começou a crescer, como previsto por Burnett. Então, veio a covid-19, os tribunais foram fechados e a fila de casos pendentes ficou gigante (mesmo com a queda dos crimes durante a pandemia). Uma greve de advogados por problemas salariais agravou a situação.

Ninguém havia se planejado para uma pandemia. Os ministros, porém, tampouco haviam se planejado para o aumento das acusações de crimes sexuais, que tem conexão com os baixos índices de condenação. Esses tipos de casos sobrecarregam os tribunais. Costumam ser complexos e os réus geralmente não se declaram culpados. Entre 2019 e 2023, o número de casos de estupro de adultos aguardando julgamento triplicou, chegando a 2.786. Os ministros também não se planejaram para a superlotação nas prisões: em 2024, algumas delas tinham 50% mais prisioneiros do que eram capazes de acomodar de forma adequada. As crises dos tribunais e das prisões estão interligadas. Uma parte cada vez maior dessa população carcerária inchada é composta por pessoas aguardando julgamento - por lei, os réus deveriam ficar em custódia por, no máximo, seis meses; esses limites agora são rotineiramente estendidos.

Em 2022, para reduzir o acúmulo de casos, o Ministério da Justiça tornou mais casos passíveis de julgamento por juízes leigos. Permitiu que eles sentenciassem pessoas por crimes com penas de até 12 meses de prisão, em vez dos 6 meses habituais. Em 2023, a medida foi suspensa porque não havia celas suficientes para os prisioneiros resultantes. Mesmo assim, acredita-se que o Partido Trabalhista restabelecerá essa medida. Prisões sobrecarregadas também são uma grande fonte de atrasos nos tribunais: elas não conseguem apresentar os prisioneiros para as audiências, mesmo que por vídeo.

Os juízes também costumam perder a paciência com a Serco, a empresa que recebe 80 milhões de milhões de libras esterlinas (US\$ 102 milhões) por ano para transportar prisioneiros no Sul da Inglaterra para os tribunais, mas que frequentemente parece não conseguir fazê-lo. Além disso, hoje, 25% dos julgamentos não prosseguem conforme a programação. Um motivo cada vez mais apontado é a falta de advogados. Em 2019, apenas 71 julgamentos foram cancelados no dia em que deveriam começar pela falta de um advogado disponível para uma das partes. Em 2024, o número multiplicou-se por 20 - para 1.436.

Por que não há advogados suficientes? O direito penal tem sido, há muito tempo, a especialidade de pior remuneração para advogados. Dessa forma, optam por mudar de especialidade. Os que decidem continuar no direito penal tentam assumir o maior número possível de casos: “ganhar com o volume”. Com a sobrecarga dos advogados, a qualidade cai. Diante da falta de espaço nos tribunais após a covid-19, o governo criou tribunais temporários, conhecidos como Nightingale. A operação de um tribunal normal custa, em média, 280 mil libras por ano. Para administrar um tribunal Nightingale, o custo varia entre 440 mil e 1,6 milhão de libras por ano. Dezoito ainda estão em funcionamento. Nos governos de Boris Johnson e Rishi Sunak, o Estado até chegou a destinar mais dinheiro para os tribunais, mas não foi suficiente.

O que mais poderia ser feito? Antes de deixar o cargo de chefe do Judiciário da Inglaterra e do País de Gales em 2023, lorde Ian Burnett defendeu algo mais radical - remover o direito de réus a um julgamento por

tribunal do júri em determinados tipos de crime. Atualmente, alguns delitos, como excesso de velocidade, só podem ser julgados por juízes leigos, e outro crimes, como assassinato, só podem ser julgados por juízes de Tribunais da Coroa com júri. Uma ideia semelhante foi apresentada durante a época do governo do Novo Trabalhismo, mas não teve sucesso. “O julgamento por júri é uma espécie de linha vermelha. Só porque eles deixaram o sistema ruir, isso não parece ser uma razão muito boa [para cruzá-la]”, diz Will Paynter, da firma de advocacia 15NBS Chambers.

Solucionar os problemas dos tribunais custaria talvez 2 bilhões de libras por ano - somas talvez não tão “enormes em comparação a outros serviços públicos”, diz o presidente da Bar Council, associação setorial que representa os advogados na Inglaterra e no País de Gales. Ele acrescenta que o clima entre os advogados é de “expectativa e cautela esperançosa”. “Temos um primeiro-ministro e uma procuradora-geral que foram advogados praticantes.”

Dizem que o primeiro-ministro do Reino Unido, Keir Starmer, tem um grande interesse na política dos tribunais. No entanto, nem ele nem a secretária de Justiça, Shabana Mahmood, mencionaram o acúmulo de casos em seus discursos na conferência do Partido Trabalhista. A bagunça das prisões tem sido a prioridade. Como acontece com outros serviços públicos, muito depende do Orçamento, a ser anunciado ainda neste mês no Reino Unido. Um indicador-chave para os advogados são os dias de sessão - um dia de sessão é uma sala de tribunal em funcionamento por um dia. O governo conservador havia concordado com um volume de 106 mil dias de sessão para 2024. Para reduzir o acúmulo de casos, os juízes pressionaram para que os tribunais operassem com a plena capacidade de suas salas: 6 mil dias a mais, o que traria inevitáveis custos extras. Mahmood aceitou apenas mais 500.

JORNAL – VALOR ECONÔMICO – 28.10.2024 – PÁG. E2

Avanço no reconhecimento de assinaturas eletrônicas

O caminho para a digitalização dos contratos e relações jurídicas no Brasil está bem fundamentado, criando um ambiente mais moderno, eficiente e confiável para transações empresariais

Paulo Brancher e Maíra Scala Pfaltzgraff



A aceitação de assinaturas eletrônicas no Brasil tem avançado consideravelmente, impulsionada pela digitalização de processos e pela modernização das práticas empresariais e governamentais. Inicialmente, a resistência era grande, devido à falta de regulamentação específica e à desconfiança sobre sua segurança e validade jurídica. Com o progresso tecnológico e a crescente demanda por soluções digitais, esse cenário começou a mudar.

O termo “assinatura eletrônica” refere-se a qualquer ferramenta tecnológica capaz de identificar a autoria de um documento ou de uma parte envolvida em uma relação contratual, de forma similar à assinatura física.



CLIPPING

DATA

28.10.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

25 de 27

RESPONSÁVEL

Iris Helena

Existem diferentes espécies ou modalidades de assinaturas eletrônicas, que variam de acordo com seu grau de eficácia probatória - ou seja, a capacidade de provar que determinada assinatura foi aposta pelo seu real signatário, expressando a sua vontade.

O primeiro marco relevante na regulamentação das assinaturas eletrônicas no Brasil foi a edição da Medida Provisória (MP) nº 2.200-2/2001, que criou a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira e estabeleceu os requisitos para a validade jurídica de assinaturas digitais emitidas por autoridades certificadoras credenciadas. A MP 2.200-2 conferiu às assinaturas digitais emitidas no âmbito da ICP-Brasil presunção de autenticidade, integridade, confiabilidade e o não repúdio (i.e., o signatário não poderá, por forças tecnológicas e legais, negar responsabilidade por seu conteúdo).

Embora a MP 2.200-2 tenha garantido validade apenas às assinaturas digitais emitidas no âmbito da ICP-Brasil, ela não proibiu o uso de outras espécies de assinaturas eletrônicas, desde que sua validade fosse previamente reconhecida pelas partes envolvidas. Desde então, as várias espécies de assinaturas eletrônicas começaram a ganhar confiança e aceitação, especialmente em transações comerciais e contratos empresariais de baixa complexidade ou valores pouco substanciais.

O uso de assinaturas eletrônicas cresceu de forma acelerada durante a pandemia da covid-19, com a necessidade de digitalizar processos em função das medidas de distanciamento social. Durante esse período, o governo brasileiro promulgou diversas leis e medidas provisórias para regulamentar e facilitar o uso de assinaturas eletrônicas. Notadamente, o Decreto nº 10.278/2020, que regulamentou a digitalização de documentos públicos e privados, foi essencial para dar validade jurídica a documentos digitalizados, desde que seguissem os padrões técnicos ali estabelecidos.

A despeito do avanço legislativo, o tema envolvendo os contratos assinados mediante o uso de outras modalidades de assinaturas eletrônicas - que não configuram certificados digitais emitidos no âmbito da ICP-Brasil - era controvertido no Poder Judiciário. Tais contratos, embora assinados eletronicamente por ambas as partes e duas testemunhas, muitas vezes não eram reconhecidos como títulos executivos extrajudiciais nos tribunais. Apenas contratos assinados com certificados digitais da ICP-Brasil tinham essa força executiva.

Para resolver essa questão da força executiva dos contratos assinados eletronicamente, a Lei nº 14.620/2023 foi sancionada, conferindo força executiva a documentos assinados com qualquer modalidade de assinatura eletrônica prevista em lei, dispensando a necessidade de testemunhas quando a integridade das assinaturas fosse garantida por um provedor de assinatura. Recentemente, o Superior Tribunal de Justiça (REsp 1840531) proferiu uma decisão de grande relevância no âmbito de uma ação de busca e apreensão, que discutia a validade jurídica de assinaturas eletrônicas em um endosso de uma cédula de crédito bancário (CCB). O tribunal reconheceu a validade jurídica das assinaturas eletrônicas apostas na CCB e que respaldaram o endosso, desde que tais assinaturas atendessem aos requisitos de autenticidade (i.e., a garantia de que a pessoa quem preencheu ou assinou o documento é realmente a mesma) e integridade (i.e., a garantia de que a assinatura ou o conteúdo do documento não foram modificados no trajeto entre a emissão, validação, envio e recebimento pelo destinatário).

Essa decisão não apenas fortalece o que já estava previsto na legislação a respeito da validade das assinaturas eletrônicas, mas é também um precedente significativo para os mercados financeiro e de capitais.

A título de exemplo, instituições financeiras e fundos de investimento em direitos creditórios (FIDCs) que adquirem determinados créditos podem operar com maior segurança, sabendo que - desde que alguns requisitos sejam cumpridos - as assinaturas eletrônicas possuem a mesma validade jurídica que as assinaturas físicas e certificados digitais emitidos no âmbito da ICP-Brasil, o que não apenas facilita a execução de contratos e a circulação de créditos, mas também impulsiona a modernização e a digitalização das transações financeiras no país, alinhando-se com as tendências globais de transformação digital.

A partir desse cenário normativo e com o reforço da jurisprudência, o caminho para a digitalização dos contratos e relações jurídicas no Brasil está bem fundamentado, criando um ambiente mais moderno, eficiente e confiável para transações empresariais. Com o avanço da tecnologia e maior familiaridade dos tribunais, espera-se que as assinaturas eletrônicas se tornem, de vez, a regra, e não mais a exceção.

DATA COMEMORATIVA DO DIA- SEBIB

Dia 28 de outubro - Dia do Servidor Público

O Dia do Servidor Público é celebrado anualmente em 28 de outubro.

Também conhecido como Dia do Funcionário Público, esta data não é um feriado. Trata-se de um ponto facultativo, ou seja, o governo pode - mas não é obrigado - dispensar o trabalho dos profissionais do serviço público nesse dia. Na maioria dos estados e municípios brasileiros, o Dia do Servidor Público é considerado facultativo para os profissionais da área.

A data celebra o profissional que trabalha nos mais variados setores do Poder Público, seja em hospitais, escolas, escritórios e demais repartições públicas. Existem três principais tipos de servidores públicos: municipal, estadual e federal.



Os servidores municipais pertencem à Prefeitura de uma cidade; os estaduais ao Governo de um estado e os federais são subordinados à União da República. Os salários dos servidores públicos são pagos com o dinheiro dos Cofres Públicos. No Brasil, ser servidor público é sinal de estabilidade financeira para muitas pessoas, pois não podem ser dispensados facilmente de seus cargos depois de consolidado o período de estágio probatório. Para entrar no serviço público, normalmente, o cidadão deve participar de um concurso público, ou processo seletivo, e ser aprovado.



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

CLIPPING

BIBLIOTECA

DATA
28.10.2024

PÁGINA Nº
27 de 27

RESPONSÁVEL
Iris Helena

Qual a origem do dia do servidor público?

O artigo 236 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, determina que 28 de outubro é oficialmente o Dia do Servidor Público no Brasil. O Dia do Servidor Público surgiu através do Conselho Federal do Serviço Público Civil, recordando a criação das leis que regem os direitos e deveres dos servidores públicos - Decreto Lei nº 1.713, de 28 de outubro de 1939. O que motivou a criação da data pelo Conselho, em parte, foi a fundação do Departamento Administrativo do Serviço Público do Brasil, em 1938.